



**TUPY S.A. e Controladas**

*ITR – Informações Trimestrais*  
**Março / 2012**

Relatório da Administração

Informações Trimestrais

Notas explicativas

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes



Paulo - SP, 15 de maio de 2012. A Tupy S.A. (BM&F Bovespa - TUPY3 e TUPY4) – com forte posição nacional e internacional na manufatura de componentes em ferro fundido para produção automotiva (notadamente blocos e cabeçotes para motores) e conexões de ferro maleável de utilização predominantemente industrial – divulga seus resultados do primeiro trimestre de 2012 (1T2012), encerrado em 31/03/2012. As informações da Companhia, exceto quando indicado em contrário, têm como base números consolidados, em milhares de reais, conforme as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). Todas as comparações referem-se ao mesmo período de 2011 (1T2011), exceto quando mostrado de outra forma.

## TUPY S.A - RESULTADOS 1T2012

### Dados - 31/03/2012

TUPY3: R\$ 29,49 por ação

### Relação com Investidores

**Luiz Tarquínio Sardinha**  
**Ferro**  
*Presidente*

**Tel.:** (47) 4009-8231

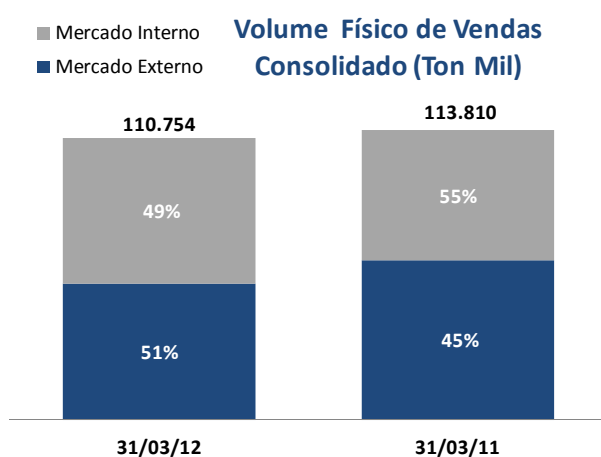
**e-mail:** dri@tupy.com.br

### DESTAQUES DO PERÍODO (1T2012 em relação ao 1T2011)

- **Volume Físico de Vendas:** 110,8 mil toneladas, redução de 3%.
- **Receita Operacional:** R\$ 528,4 milhões, crescimento de 3%.
- **Lucro após o Resultado Financeiro:** R\$ 55,1 milhões, redução de 16%.
- **EBITDA Ajustado:** R\$ 72,0 milhões, inferior em 7%.
- **Lucro Líquido:** R\$ 42,0 milhões – correspondente a 8% da receita operacional, crescimento de 4%.
- **Caixa oriundo das atividades operacionais:** R\$ 38,4 milhões, redução de 51%.
- **Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa:** R\$ 1.460,2 milhões, crescimento de 148%;
- **Dívida líquida:** R\$ 350,6 milhões, redução de 0,2%.
- **Investimentos:** R\$ 56,2 milhões nos primeiros três meses, crescimento de 26%;

## VOLUME FÍSICO DE VENDAS

VOLUME FÍSICO DE VENDAS	Consolidado (Ton Mil)		
	31/03/12	31/03/11	Varição
Mercado Interno	53.768	62.723	-14%
<b>Participação %</b>	<b>49%</b>	<b>55%</b>	
Mercado Externo	56.986	51.087	12%
<b>Participação %</b>	<b>51%</b>	<b>45%</b>	
<b>Vendas Físicas Totais</b>	<b>110.754</b>	<b>113.810</b>	<b>-3%</b>



No primeiro trimestre de 2012, o volume físico das vendas foi de 110,8 mil toneladas.

Durante esse período, houve redução de 14% no volume físico de vendas para o mercado interno e aumento de 12% para o mercado externo, na comparação com o primeiro trimestre de 2011. Como resultado, as exportações representaram 51% do volume total, ante 49% do mercado interno.

**Mercado Interno:** redução das vendas impactada pela antecipação de compras e composição de estoques de veículos com motores equipados com a tecnologia Proconve 5 (EURO III), cuja produção era possível até 31 de dezembro de 2011.

**Mercado Externo:** em curso de retomada após a crise financeira mundial de 2008 e 2009, mesmo em cenário marcado por fortes incertezas.

## SÍNTESE DOS RESULTADOS

RESUMO DOS RESULTADOS	Consolidado (R\$ Mil)		
	1 T 2012	1 T 2011	Variação
<b>Receita Operacional</b>	<b>528.405</b>	<b>510.663</b>	<b>3%</b>
Mercado Interno	251.647	285.792	-12%
Mercado Externo	276.758	224.871	23%
Custo das Vendas e Despesas Operacionais	(477.074)	(452.408)	5%
Lucro antes do Resultado Financeiro	51.331	58.255	-12%
<b>% sobre a Receita Operacional</b>	<b>10%</b>	<b>11%</b>	
Resultado Financeiro Líquido	3.755	7.273	-48%
Lucro após o Resultado Financeiro	55.086	65.528	-16%
<b>% sobre a Receita Operacional</b>	<b>10%</b>	<b>13%</b>	
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	10.357	(4.948)	-309%
Lucro antes dos Efeitos Fiscais	65.443	60.580	8%
<b>% sobre a Receita Operacional</b>	<b>12%</b>	<b>12%</b>	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(23.395)	(20.301)	15%
Lucro Líquido do Período	42.048	40.279	4%
<b>% sobre a Receita Operacional</b>	<b>8%</b>	<b>8%</b>	

### DESEMPENHO OPERACIONAL DE RESULTADOS

A Receita Operacional do primeiro trimestre de 2012 cresceu 3% em relação a 2011, enquanto que os Custos das Vendas e as Despesas Operacionais apresentaram variação de 5%, quando comparados com o mesmo trimestre do ano anterior, onde se destacam:

Na Receita Operacional:

- O aumento de preços por conta de repasses da inflação de custos, em especial dos insumos metálicos;
- A valorização do Real frente ao mesmo período de 2011 (taxa média de R\$/US\$ 1,757 em 2012, contra R\$/US\$ 1,654 em 2011), impactando de maneira positiva a receita de vendas externas;
- O benefício fiscal REINTEGRA, instituído pela MP nº 540/2011;
- A redução no volume físico de vendas compensando em partes os impactos positivos acima mencionados.

Nos Custos de Vendas e nas Despesas Operacionais:

- A inflação de preços de insumos diversos, da energia elétrica e da mão de obra;
- O recuo da produtividade, em decorrência da utilização de equipamentos antigos e menos eficientes para atender o aumento da demanda e manter a execução do plano de investimentos;
- A elevação de gastos fixos, em especial com empregados, através da implantação de plano de previdência complementar e gastos com saúde em função do maior contingente.

Reconhecendo-se os efeitos acima mencionados, o Lucro antes do Resultado Financeiro registrou R\$ 51,3 milhões, 10% sobre a Receita Operacional, contra R\$ 58,3 milhões verificados em 2011, correspondentes a 11% sobre a Receita Operacional do mesmo trimestre do ano anterior.

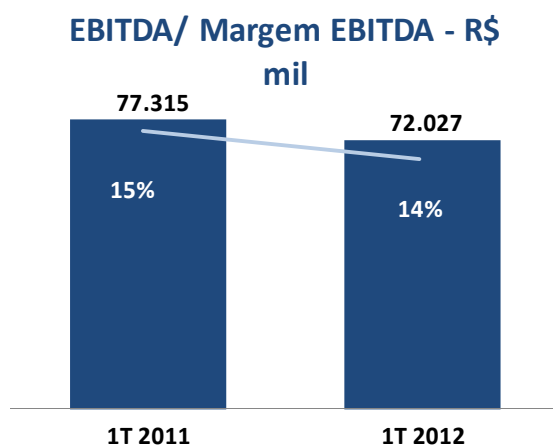
O Resultado Financeiro Líquido registrou receita de R\$ 3,8 milhões frente a R\$ 7,3 milhões do ano anterior. A queda decorre do aumento do endividamento bruto da Companhia em relação ao verificado no mesmo trimestre do ano de 2011.

As Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas registraram receita de R\$ 10,4 milhões frente a despesas de R\$ 4,9 do mesmo período de 2011. A variação reflete reversão de provisão para perda de crédito fiscal constituída em 2011. Detalhes nas notas explicativas 7(c) e 22.

O lucro líquido do período registrou R\$ 42,0 milhões, frente a R\$ 40,3 milhões do mesmo período do ano anterior, representando crescimento de 4% e margem de 8% sobre a Receita Operacional.

## EBITDA Ajustado

RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO COM EBITDA	Consolidado (R\$ Mil)		
	1T 2012	1T 2011	Varição
Lucro Líquido do Período	42.048	40.279	4%
(-) Resultado Financeiro Líquido	3.755	7.273	-48%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	23.395	20.301	15%
(+) Depreciações e Amortizações	21.173	19.512	9%
= EBITDA (segundo a metodologia do Ofício Circular 01/07 CVM)	82.861	72.819	14%
<b>Margem EBITDA</b>	<b>16%</b>	<b>14%</b>	
(+) Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas <i>(exceto depreciação de ativos não operacionais)</i>	(10.834)	4.496	-341%
<b>= EBITDA Ajustado</b>	<b>72.027</b>	<b>77.315</b>	<b>-7%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustado</b>	<b>14%</b>	<b>15%</b>	



O EBITDA Ajustado de 2012 registrou R\$ 72,0 milhões (14% sobre a Receita Operacional), redução de 7% em relação ao valor atingido no mesmo período do ano anterior, R\$ 77,3 milhões (15% sobre a Receita Operacional).

As principais causas das variações no EBITDA foram comentadas acima, nas observações sobre o resultado.

**EBITDA Ajustado:** é o lucro líquido adicionado do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social, das depreciações e amortizações e ajustado pela adição das outras despesas ou redução das outras receitas operacionais líquidas.

## FLUXO DE CAIXA E ENDIVIDAMENTO

RESUMO DO FLUXO DE CAIXA	Consolidado (R\$ Mil)		
	1T 2012	1T 2011	Varição
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do trimestre</b>	<b>1.460.185</b>	<b>589.793</b>	<b>148%</b>
Caixa oriundo das atividades operacionais	38.415	78.844	-51%
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(50.396)	(44.695)	13%
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	56.068	(22.964)	-344%
Efeito cambial no caixa do exercício	(4.987)	242	-2161%
Aumento da disponibilidade de caixa	39.100	11.427	242%

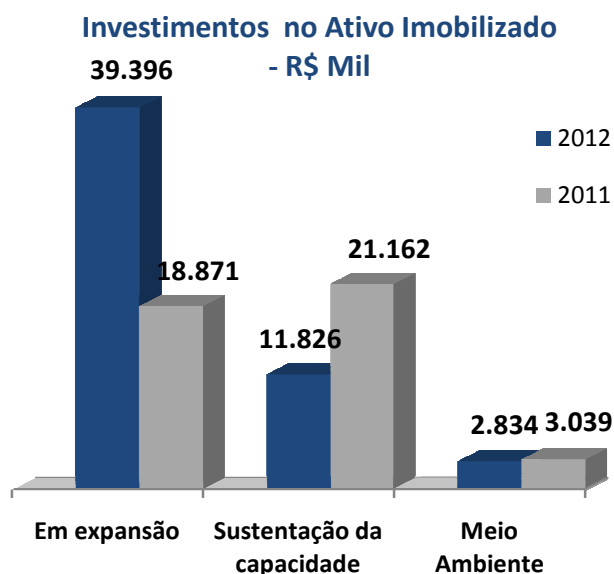
ENDIVIDAMENTO	Consolidado (R\$ Mil)	
	31/03/12	31/12/11
Dívida bancária - Curto Prazo	388.878	394.399
Dívida bancária - Longo Prazo	1.446.606	1.402.273
<b>Total da Dívida</b>	<b>1.835.484</b>	<b>1.796.672</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações Financeiras	1.484.907	1.445.277
<b>(=) Endividamento líquido</b>	<b>350.577</b>	<b>351.395</b>

***A Companhia encerrou o 1T 2012 com saldo de caixa de R\$ 1.460,2 milhões***

A Companhia encerrou o primeiro trimestre de 2012 com saldo de caixa de R\$ 1.460,2 milhões. Este saldo tem origem em reservas de caixa constituídas para efetuar o pagamento de aquisições de empresas no México e em captações de empréstimos de longo prazo para fazer frente a vencimentos de curto prazo, visando manter o perfil da dívida.

O endividamento financeiro líquido em 2012 atingiu R\$ 350,6 milhões.

## INVESTIMENTOS



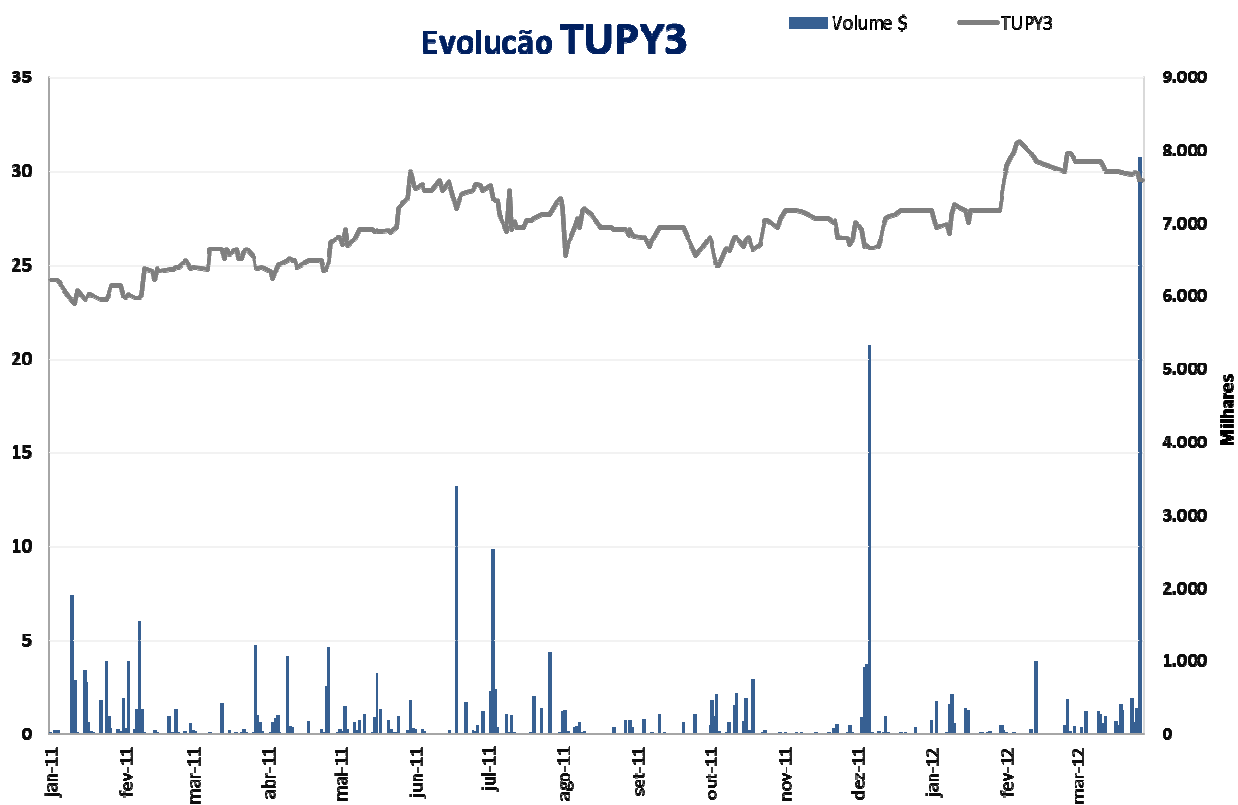
Em 2012, o total de investimentos atingiu R\$ 56,2 milhões, 26% superior ao verificado no mesmo período em 2011.

Além de investimentos para expansão de sua capacidade de produção nas plantas de Mauá e Joinville – destaca-se a implantação, nesta última, de nova unidade de produção de blocos e cabeçotes com início das operações em Abril/2012. A Companhia também aplicou valores relevantes na sustentação e modernização de seu parque industrial e em melhorias na área ambiental.

## MERCADO DE CAPITAIS

Abaixo o volume de negociações, bem como maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado:

TUPY3 - ON			
	Volume Médio Diário (R\$)	Maior Cotação (R\$)	Menor Cotação (R\$)
1º Trimestre de 2012	128.326,00	31,60	26,70
4º Trimestre de 2011	269.620,10	27,90	25,00
3º Trimestre de 2011	209.276,51	29,26	25,50
2º Trimestre de 2011	231.081,67	30,00	24,30
1º Trimestre de 2011	280.422,58	25,84	22,96
4º Trimestre de 2010	372.036,48	29,00	21,29
3º Trimestre de 2010	301.643,03	21,99	12,70
2º Trimestre de 2010	185.500,16	14,80	11,50



# INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

## TUPY S.A. E CONTROLADAS

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais)

#### A T I V O

	Nota explicativa	Companhia		Consolidado	
		31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.444.465	1.408.433	1.460.185	1.421.085
Instrumentos financeiros derivativos	28 f	11.475	7.092	11.475	7.092
Contas a receber	5	240.436	219.671	272.213	269.675
Estoques	6	181.266	204.184	206.106	222.261
Ferramentais de terceiros		26.753	25.044	26.753	25.044
Impostos e contribuições a recuperar	7	101.962	95.125	107.838	100.572
Títulos a receber e outros		31.855	25.344	24.293	24.860
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>2.038.212</b>	<b>1.984.893</b>	<b>2.108.863</b>	<b>2.070.589</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Aplicações financeiras	4	24.722	24.192	24.722	24.192
Impostos e contribuições a recuperar	7	99.761	93.170	101.505	94.957
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	71.611	74.115	73.898	77.865
Créditos Eletrobrás	10	88.643	88.597	88.643	88.597
Depósitos judiciais e outros		6.458	6.130	7.462	7.134
Propriedades para investimento	11	-	-	4.574	4.189
Investimentos	12	90.724	89.359	1.364	1.364
Imobilizado	13	1.165.164	1.130.116	1.170.682	1.136.050
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.547.083</b>	<b>1.505.679</b>	<b>1.472.850</b>	<b>1.434.348</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>3.585.295</b>	<b>3.490.572</b>	<b>3.581.713</b>	<b>3.504.937</b>

**TUPY S.A. E CONTROLADAS**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011**  
**(Em milhares de reais)**

**PASSIVO**

	Nota explicativa	Companhia		Consolidado	
		31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores		156.690	165.243	157.032	165.526
Financiamentos e empréstimos	14	400.353	401.491	400.353	401.491
Financiamentos de impostos e encargos sociais	15	12.094	11.912	12.094	11.912
Impostos e contribuições		2.890	5.285	3.886	6.455
Salários, encargos sociais e participações	16	95.359	87.635	95.727	88.009
Adiantamentos de clientes		43.673	44.731	37.306	54.324
Dividendos e juros sobre capital próprio		53.078	55.506	53.078	55.506
Títulos a pagar e outros		36.335	20.660	38.697	24.926
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>800.472</b>	<b>792.463</b>	<b>798.173</b>	<b>808.149</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Financiamentos e empréstimos	14	1.446.606	1.402.273	1.446.606	1.402.273
Financiamentos de impostos e encargos sociais	15	2.510	4.974	2.510	4.974
Controladas e coligadas	9	1.643	1.685	-	-
Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas	17	93.088	91.039	93.448	91.403
Impostos de renda e contribuição social diferidos	8	98.719	98.049	98.719	98.049
Outros passivos de longo prazo		3.578	3.458	3.578	3.458
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.646.144</b>	<b>1.601.478</b>	<b>1.644.861</b>	<b>1.600.157</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	18	398.395	398.395	398.395	398.395
Ajuste de avaliação patrimonial	18	128.790	132.203	128.790	132.203
Reservas de lucros		566.033	566.033	566.033	566.033
Lucros acumulados		45.461	-	45.461	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.138.679</b>	<b>1.096.631</b>	<b>1.138.679</b>	<b>1.096.631</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>3.585.295</b>	<b>3.490.572</b>	<b>3.581.713</b>	<b>3.504.937</b>

**TUPY S.A. E CONTROLADAS**

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS  
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011  
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)**

	Nota explicativa	Companhia		Consolidado	
		31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
RECEITA OPERACIONAL	19	523.395	496.661	528.405	510.663
Custo dos produtos vendidos	20	(442.603)	(401.046)	(436.698)	(405.532)
LUCRO BRUTO		80.792	95.615	91.707	105.131
Despesas de vendas	20	(22.243)	(28.708)	(26.496)	(33.845)
Despesas administrativas	20	(11.926)	(10.973)	(12.528)	(11.694)
Honorários da administração	9	(1.352)	(1.337)	(1.352)	(1.337)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS, EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E IMPOSTOS		45.271	54.597	51.331	58.255
Despesas financeiras	21	(29.629)	(9.654)	(30.494)	(10.495)
Receitas financeiras	21	36.157	15.066	36.338	15.058
Variações monetárias e cambiais líquidas	21	195	3.137	(2.089)	2.710
LUCRO APÓS O RESULTADO FINANCEIRO		51.994	63.146	55.086	65.528
Participação no resultado das controladas	12	1.365	2.698	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	22	9.693	(6.102)	10.357	(4.948)
LUCRO OPERACIONAL		63.052	59.742	65.443	60.580
Imposto de renda e contribuição social	23	(21.004)	(19.463)	(23.395)	(20.301)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		42.048	40.279	42.048	40.279
RESULTADO POR AÇÃO					
Básico e diluído por ação	24	0,7359	0,7049		

TUPY S.A. E CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011**  
**(Em milhares de reais)**

	Nota explicativa	Companhia		Consolidado	
		31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
<b>Fluxo de caixa de atividades operacionais:</b>					
Lucro líquido do período antes do IR e CSLL		63.052	59.742	65.443	60.580
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa oriundo das atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	13	21.144	19.488	21.173	19.512
Participação no resultado de controladas	12	(1.365)	(2.698)	-	-
Baixa de bens do imobilizado	13	(139)	-	(137)	14
Juros apropriados e variações cambiais		27.153	8.385	28.282	7.892
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(353)	218	(353)	218
Provisão para perdas nos estoques	6	241	-	241	-
Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas	17	644	(1.466)	640	(1.784)
Outros passivos de longo prazo		120	(610)	120	(610)
		110.497	83.059	115.409	85.822
<b>Variação nos ativos e passivos operacionais:</b>					
Contas a receber		(20.412)	(23.874)	(2.185)	(32.697)
Estoques		22.677	15.471	15.914	16.483
Ferramentais de clientes		(1.709)	(621)	(1.709)	(621)
Impostos e contribuições a recuperar		(25.676)	(11.076)	(25.678)	(11.067)
Títulos a receber e outros		(6.511)	(3.920)	567	(4.803)
Depósitos judiciais e outros		(328)	(128)	(328)	(128)
Fornecedores		(14.210)	24.831	(14.151)	25.233
Impostos e contribuições		(2.395)	11.932	(2.569)	11.893
Salários, encargos sociais e participações		7.724	9.429	7.718	9.544
Adiantamentos de clientes		(1.058)	(8.269)	(17.018)	(8.975)
Títulos a pagar e outros		15.675	1.050	13.771	248
Juros pagos		(47.610)	(9.434)	(47.610)	(9.434)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.404)	(1.867)	(3.716)	(2.654)
		(76.237)	3.524	(76.994)	(6.978)
<b>Caixa oriundo das atividades operacionais</b>		<b>34.260</b>	<b>86.583</b>	<b>38.415</b>	<b>78.844</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimentos:</b>					
Adições ao imobilizado	13	(50.544)	(44.482)	(50.544)	(44.695)
Venda de bens do imobilizado		148	-	148	-
<b>Caixa aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(50.396)</b>	<b>(44.482)</b>	<b>(50.396)</b>	<b>(44.695)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamentos:</b>					
Pagamento de financiamentos e empréstimos		(24.323)	(27.781)	(24.323)	(27.781)
Amortização de financiamento de impostos		(2.416)	(2.322)	(2.416)	(2.322)
Novos financiamentos e empréstimos		85.765	11.653	85.765	11.653
Controladas e coligadas		(45)	(142)	-	-
Juros sobre o capital e dividendos pagos		(2.428)	(2.323)	(2.428)	(2.323)
Aplicações financeiras de longo prazo	4	(530)	(2.191)	(530)	(2.191)
<b>Caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos</b>		<b>56.023</b>	<b>(23.106)</b>	<b>56.068</b>	<b>(22.964)</b>
Efeito cambial no caixa do exercício		(3.855)	(224)	(4.987)	242
<b>Aumento da disponibilidade de caixa</b>		<b>36.032</b>	<b>18.771</b>	<b>39.100</b>	<b>11.427</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.408.433	558.168	1.421.085	578.366
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<b>1.444.465</b>	<b>576.939</b>	<b>1.460.185</b>	<b>589.793</b>

**TUPY S.A. E CONTROLADAS**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**(Em milhares de reais)**

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva para investimentos	Dividendos adicionais propostos		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>	<b>398.395</b>	<b>148.490</b>	<b>27.284</b>	<b>374.584</b>	<b>22.006</b>	<b>-</b>	<b>970.759</b>
Resultado do período	-	-	-	-	-	40.279	40.279
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(3.551)	-	-	-	3.551	-
<b>SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011</b>	<b>398.395</b>	<b>144.939</b>	<b>27.284</b>	<b>374.584</b>	<b>22.006</b>	<b>43.830</b>	<b>1.011.038</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	<b>398.395</b>	<b>132.203</b>	<b>37.453</b>	<b>499.598</b>	<b>28.982</b>	<b>-</b>	<b>1.096.631</b>
Resultado do período	-	-	-	-	-	42.048	42.048
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(3.413)	-	-	-	3.413	-
<b>SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012</b>	<b>398.395</b>	<b>128.790</b>	<b>37.453</b>	<b>499.598</b>	<b>28.982</b>	<b>45.461</b>	<b>1.138.679</b>

TUPY S.A. E CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**  
**PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011**  
**(Em milhares de reais)**

	Nota explicativa	Companhia		Consolidado	
		31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
<b>Geração do valor adicionado</b>					
Venda de produtos, líquidas de devoluções e abatimentos	19	580.465	570.811	585.526	584.819
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	353	(218)	353	(218)
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>					
Matérias-primas e material de processo consumidas		370.022	369.325	367.191	377.052
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros		286.603	272.544	286.603	272.544
		83.419	96.781	80.588	104.508
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<b>210.443</b>	<b>201.486</b>	<b>218.335</b>	<b>207.767</b>
<b>Retenções:</b>					
Depreciações e amortizações	13	21.144	19.488	21.173	19.512
		21.144	19.488	21.173	19.512
<b>Valor adicionado líquido gerado</b>		<b>189.299</b>	<b>181.998</b>	<b>197.162</b>	<b>188.255</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>					
Participação no resultado das controladas	12	37.522	17.764	36.338	15.058
		1.365	2.698	-	-
Receitas financeiras	21	36.157	15.066	36.338	15.058
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>		<b>226.821</b>	<b>199.762</b>	<b>233.500</b>	<b>203.313</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
<b>Do trabalho</b>					
Colaboradores(as)		117.273	97.810	118.291	99.171
		82.329	71.999	83.193	73.049
Encargos sociais - FGTS		7.816	6.780	7.816	6.780
Participação nos lucros ou resultados		5.359	4.860	5.359	5.015
Honorários da administração		1.352	1.337	1.352	1.337
Saúde e segurança no trabalho		14.347	9.123	14.347	9.123
Alimentação		2.806	2.562	2.806	2.562
Educação, capacitação e desenvolvimento profissional		720	286	736	290
Outros valores		2.544	863	2.682	1.015
<b>Do governo</b>					
Impostos, taxas e contribuições federais		38.066	55.156	40.578	56.078
		37.461	49.972	39.931	50.852
Impostos e taxas estaduais		(274)	4.415	(274)	4.415
Impostos e taxas municipais e outros		879	769	921	811
<b>Do capital de terceiros</b>					
Despesas financeiras	21	29.434	6.517	32.583	7.785
		29.629	9.654	30.494	10.495
Variações monetárias e cambiais líquidas	21	(195)	(3.137)	2.089	(2.710)
<b>Do capital próprio</b>					
Lucros retidos		42.048	40.279	42.048	40.279
		42.048	40.279	42.048	40.279
<b>TOTAL DO VALOR ADICIONADO</b>		<b>226.821</b>	<b>199.762</b>	<b>233.500</b>	<b>203.313</b>

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Tupy S.A. (“Tupy” ou “Companhia”) é uma Companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, registrada na bolsa de valores de São Paulo (“BOVESPA”) e plantas industriais em Joinville, Santa Catarina e Mauá, São Paulo. Possui forte posição nacional e internacional na atividade de fundição de ferro, segunda maior fundição independente do mundo em blocos e cabeçotes de motor em ferro fundido e a maior da América Latina. Possui diversificada base de clientes nos continentes americano, europeu e asiático, atua nos segmentos de produtos automotivos (blocos, cabeçotes e peças) e produtos industriais (conexões, granelhas e perfis). (nota 26)

Além das plantas industriais, a Companhia possui as seguintes subsidiárias integrais:

- Tupy American Foundry Co., localizada nos Estados Unidos da América e Tupy Europe GmbH, com sede na Alemanha, atuando na logística, comercialização e assistência técnica para os produtos automotivos dos clientes situados na América do Norte e Europa;
- Tupy American Iron & Alloys Co., localizada nos Estados Unidos da América atuando na logística e comercialização de perfis;
- Tupy Argentina S.R.L., com sede na Argentina, atuando na logística e comercialização de conexões;
- Tupy Agroenergética Ltda., empresa brasileira, localizada em Joinville, Santa Catarina, do ramo de reflorestamento, constituída originalmente para suprir fontes alternativas de energia. Partes relevantes dos ativos foram alienadas em 2009 e saldo remanescente se encontra classificado como propriedades para investimento. (nota 11)
- Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. – Sofunge, “em liquidação”.

Em 16 de abril de 2012 a Companhia concluiu processo de aquisição de duas empresas localizadas no México. Maiores detalhes na nota explicativa número 29.

A emissão dessas informações trimestrais foi autorizada pela Administração da Companhia em 14 de maio de 2012.

### **2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

As Informações Trimestrais da Companhia compreendem:

- As Informações Trimestrais individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, e

- As Informações Trimestrais consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Nas Informações Trimestrais individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas Informações Trimestrais individuais quanto nas Informações Trimestrais consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso de Tupy S.A., as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas Informações Trimestrais individuais diferem do IFRS aplicável às Demonstrações Financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

## **2.1. Base de elaboração, moeda funcional e de apresentação**

As Informações Trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas é o Real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das Informações Trimestrais da Companhia, individuais e consolidadas.

## **2.2. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das Informações Trimestrais individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas ao final de cada exercício. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício seguinte estão incluídas nas notas explicativas de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (nota 8), Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas (nota 17) e Instrumentos Financeiros (nota 28).

## 2.3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Informações Trimestrais individuais e consolidadas.

### a. Base de consolidação

#### Controladas

As informações financeiras das controladas são incluídas nas Informações Trimestrais consolidadas. As práticas contábeis das controladas estão alinhadas com as práticas adotadas pela Companhia.

Nas Informações Trimestrais individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

#### Transações eliminadas na consolidação

Saldo, transações e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre as empresas controladas e a Companhia, são eliminadas na preparação das Informações Trimestrais consolidadas. Lucros ou prejuízos não realizados oriundos de transações com as empresas controladas são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia naquela controlada.

### b. Moeda estrangeira

#### Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de variação cambial resultantes na conversão são reconhecidas no resultado do exercício.

#### Operações das controladas no exterior

As informações financeiras de balanço e resultado das empresas controladas são convertidas pela moeda de apresentação e funcional, que é o Real (R\$), conforme abaixo:

- Os ativos e passivos são convertidos para reais (R\$) pelas taxas de câmbio apuradas na data do balanço;
- As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em reais (R\$) pelas taxas de câmbio médias mensais; e

- Por não possuírem autonomia administrativa, não contrataram operações próprias e funcionarem, na essência, como extensão das atividades da Companhia, os efeitos cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior são reconhecidos no resultado do exercício.

### c. Ativos financeiros

#### Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

#### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

#### Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 5 e 3).

#### Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de

avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

### **Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

#### ***Ativos mensurados ao custo amortizado***

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;

- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por redução ao valor recuperável é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por redução ao valor recuperável é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o redução ao valor recuperável com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a redução ao valor recuperável ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

### **Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições a riscos de variação de moeda estrangeira.

Tais instrumentos são reconhecidos pelo valor justo; custos de transação atribuíveis e as variações no valor justo de qualquer instrumento derivativo são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro".

### **Caixa e equivalentes de caixa**

Consistem em caixa, depósitos em contas bancárias, aplicações financeiras no Brasil e no exterior, bem como aquisição de títulos de liquidez imediata, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação, os quais representam risco insignificante de mudança de valor. (nota 3)

### **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras vinculadas são mensuradas e demonstradas pelo valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. (nota 4)

### **Contas a receber**

Estão apresentadas a valores de custo amortizado, menos perdas do valor recuperável, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem

vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas Informações Trimestrais.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas de créditos junto a clientes, é reconhecida com base na idade das contas a receber em atraso. (nota 5)

### **Passivos financeiros, exceto financiamentos e empréstimos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando têm suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Companhia possui os seguintes passivos financeiros: financiamentos e empréstimos, fornecedores e títulos a pagar e outros.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa de juros efetivos.

### **Financiamentos e empréstimos**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. (nota 14)

#### **d. Estoques**

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e/ou produção, considerando o método de absorção total de custos industriais, ajustado ao valor realizável líquido, quando aplicável.

O custo dos estoques inclui os gastos incorridos na aquisição dos insumos, transporte até sua localização atual e todos os custos fixos e variáveis diretos e indiretos de produção, necessários à transformação dos insumos em produtos acabados comercializáveis. O custo dos estoques não excede o menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos e despesas para realizar a venda. A análise para a constituição de provisão considera a aplicabilidade, a capacidade de recuperação, realização e sinais de obsolescência. (nota 6)

#### **e. Ferramentais de terceiros**

Referem-se a ferramentais em produção para atender contratos com clientes. São avaliados pelo custo de aquisição e construção, deduzido de provisão para ajuste aos prováveis valores de realização, quando aplicável. Quando terminados são faturados aos clientes e permanecem na Companhia, sob contrato de comodato, para serem utilizados no processo produtivo.

#### **f. Imposto de renda e contribuição social**

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (notas 8 e 23)

##### **Impostos correntes**

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

##### **Impostos diferidos**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação do balanço.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se houver direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionarem a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados na data do balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. (nota 8)

### **g. Propriedades para investimentos**

Os ativos classificados como propriedades para investimentos são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda. (nota 11)

### **h. Investimentos**

A Companhia consolidou integralmente as Informações Trimestrais da Tupy S.A. e todas as empresas controladas da Companhia. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembléia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades.

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, eliminando-se os lucros não realizados até a data do balanço. Os demais investimentos estão avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para ajuste aos prováveis valores de realização, quando aplicável. (nota 12)

### **i. Imobilizado**

#### **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas por redução ao valor recuperável (*redução ao valor recuperável*) acumuladas. (nota 13)

O custo histórico de aquisição inclui gastos que são diretamente atribuíveis à instalação do ativo. O custo de ativos construídos pela Companhia inclui os materiais, a mão de obra e quaisquer outros custos necessários para colocar o ativo no local e em condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida. Ambos incluem os custos de empréstimos enquanto mantidos em imobilizações em andamento, para os respectivos ativos qualificáveis.

#### **Depreciação**

A depreciação é calculada a partir do custo de um ativo e reconhecida no resultado com base na vida útil estimada de cada ativo, ou das partes de cada ativo, pelo método linear, considerando que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, como segue:

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

#### **Ativos arrendados**

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos mercantis

financeiros em vista de se tratar de financiamento de ativo imobilizado. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do contrato de arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o bem arrendado é registrado de acordo com a prática contábil aplicável ao ativo imobilizado.

#### **j. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (redução ao valor recuperável). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustado por redução ao valor recuperável, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do redução ao valor recuperável na data do balanço.

#### **k. Salários, encargos sociais e participações**

Obrigações a empregados e os encargos relacionados são mensurados quando incorridos e registrados como despesas conforme o serviço for prestado.

O passivo relativo ao programa de participação no resultado de curto prazo é reconhecido pelo valor estimado a ser pago pela Companhia. (nota 16)

#### **l. Adiantamentos de clientes**

Referem-se a adiantamentos de recursos para a construção de ferramentais que serão utilizados no processo produtivo. São registrados pelos valores contratados e atualizados pela variação cambial quando aplicável e liquidados quando do faturamento do objeto da transação.

#### **m. Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. É constituída em montante considerado pela Administração suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até as datas dos balanços, observada a natureza de cada provisão e apoiada na opinião de advogados internos e externos à Companhia. (nota 17)

#### **n. Receita de vendas**

A receita de vendas é apresentada líquida dos tributos e dos descontos incidentes. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando concedidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. (nota 19)

#### **o. Lucro por ação básico e diluído**

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, quando houver. (nota 24)

#### **p. Demonstrações de valor adicionado (“DVA”)**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Informações Trimestrais individuais e como informação suplementar às Informações Trimestrais consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Informações Trimestrais e seguindo as disposições contidas no *CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado*. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## q. Novas normas e interpretações

### Novas normas adotadas

As interpretações e alterações de normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de março de 2012. Entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as Informações Trimestrais da Companhia.

Em maio de 2010, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 1 (CPC 37), IFRS 3 (CPC 15) e IAS 34 (CPC 21). As alterações das normas IFRS 3, são efetivas para os períodos anuais iniciados em/ou após 1º de julho de 2010. As demais alterações de normas são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.

### Novas normas não vigentes

Diversas normas, revisões de normas e interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRSs) foram emitidas pelo *International Financial Standards Board* (IASB) sendo essas:

- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” – aplicável para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.
- IFRS 10 – “Informações Trimestrais Consolidadas” - Aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 12 – “Divulgação de participação em outras entidades” – Aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 – “Valor Justo – Mensuração e Evidenciação” - Aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
- Modificações no IAS 1 – “Apresentação de Outros Resultados Abrangentes” – Aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de julho de 2012.
- Modificações no IAS 27 – “Informações Trimestrais consolidadas e separadas” – Aplicável para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
- Modificações no IAS 28 – “Investimentos em coligadas” – Aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes as IFRSs acima citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia ainda não avaliou os possíveis impactos destas novas normas e alterações de normas.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<b>Companhia e Consolidado</b>	
	<b>Mar/12</b>	<b>Dez/11</b>
<b>Companhia</b>		
Caixa e bancos	801	2.766
Aplicações financeiras no país	1.188.476	1.232.083
Aplicações financeiras no exterior	255.188	173.584
	<b>1.444.465</b>	<b>1.408.433</b>
<b>Controladas</b>		
Caixa e bancos	189	117
Caixa e bancos no exterior	15.531	12.535
<b>Consolidado</b>	<b>1.460.185</b>	<b>1.421.085</b>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

As aplicações financeiras no país são remuneradas pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, com taxa média equivalente de 9,74% ao ano e no exterior à taxa média de 0,34% ao ano (taxas médias de 11,07% e 0,55% ao ano, respectivamente, em dezembro de 2011).

As exposições ao risco de taxa de juros e análise de sensibilidade para os ativos financeiros estão divulgados na nota de instrumentos financeiros (nota 28).

### 4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

<b>LONGO PRAZO</b>	<b>Companhia e Consolidado</b>	
	<b>Mar/12</b>	<b>Dez/11</b>
Aplicações financeiras no país	24.722	24.192

São remuneradas pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, à taxa média equivalente de 9,96% ao ano (taxa média de 11,31% ao ano em dezembro de 2011) e vinculadas em operações com o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (nota 14)

### 5. CONTAS A RECEBER

Os valores a receber de clientes indicados por mercado e por prazo de recebimento estão refletidos abaixo:

	<b>Companhia e Consolidado</b>	
	<b>Mar/12</b>	<b>Dez/11</b>
<b>Companhia</b>		
Mercado interno	126.859	115.693
Mercado externo	115.147	105.903
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.570)	(1.925)
	<b>240.436</b>	<b>219.671</b>
<b>Controladas</b>		
Mercado interno	143	145
Mercado externo	31.634	49.859
	<b>272.213</b>	<b>269.675</b>

Em 31 de março de 2012 o montante de R\$ 44.329 de contas a receber no mercado externo da Companhia é referente a partes relacionadas (R\$ 31.088 em dezembro de 2011). (nota 9)

O saldo de contas a receber do mercado interno é composto exclusivamente em Reais e do mercado externo predominantemente em Dólares.

	<b>Companhia</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Mar/12</b>	<b>Dez/11</b>	<b>Mar/12</b>	<b>Dez/11</b>
A vencer até 30 dias	147.314	146.720	186.102	195.753
A vencer de 31 a 60 dias	48.898	44.351	59.858	49.359
A vencer acima de 61 dias	38.058	22.419	16.969	13.597
Vencidas até 30 dias	2.184	2.980	2.684	4.360
Vencidas de 31 a 60 dias	3.884	3.103	3.410	6.508
Vencidas acima de 61 dias provisionados	1.668	2.023	4.760	2.023
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.570)	(1.925)	(1.570)	(1.925)
	<b>240.436</b>	<b>219.671</b>	<b>272.213</b>	<b>269.675</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada com base nos clientes em atraso, nas condições descritas abaixo:

	<b>Condições de atraso</b>	<b>Companhia e Consolidado</b>		
		<b>Mar/12</b>	<b>Dez/11</b>	
Mercado interno	De 61 a 180 dias	50%	98	98
	Acima de 180 dias	100%	716	712
Mercado externo	Acima de 180 dias	100%	756	1.115
			<b>1.570</b>	<b>1.925</b>

Durante o exercício, a provisão para devedores duvidosos apresentou a seguinte movimentação:

	<b>Companhia e Consolidado</b>	
	<b>Mar/12</b>	<b>Dez/11</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>(1.925)</b>	<b>(3.278)</b>
Adições	353	(1.120)
Baixas	2	2.473
<b>Saldo final</b>	<b>(1.570)</b>	<b>(1.925)</b>

## 6. ESTOQUES

	<b>Companhia e Consolidado</b>	
	<b>Mar/12</b>	<b>Dez/11</b>
<b>Companhia</b>		
Produtos acabados	62.096	71.511
Produtos em elaboração	27.217	26.275
Matérias-primas	26.250	33.251
Materiais de processo	35.438	41.618
Materiais de manutenção e outros	32.867	33.890
Provisão para perdas	(2.602)	(2.361)
	<b>181.266</b>	<b>204.184</b>
<b>Controladas</b>		
Produtos acabados	24.840	18.077
	<b>206.106</b>	<b>222.261</b>

Determinados itens foram objeto de constituição de provisões para ajuste ao valor realizável líquido. Durante o exercício, a provisão para ajuste dos estoques ao valor realizável líquido apresentou a seguinte movimentação:

	<b>Companhia e Consolidado</b>	
	<b>Mar/12</b>	<b>Dez/11</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>(2.361)</b>	<b>(3.867)</b>
Adições	(241)	-
Baixas por perda	-	1.506
<b>Saldo final</b>	<b>(2.602)</b>	<b>(2.361)</b>

O custo dos estoques reconhecido como despesa durante o período em relação às operações continuadas foi de R\$ 436.698 (R\$ 405.532 no mesmo período do ano anterior).

A Administração espera que os estoques sejam realizados em um período inferior a 12 meses.

## 7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Os impostos e contribuições a recuperar, classificados em função da expectativa de realização, são representados como segue:

	Companhia e Consolidado					
	Mar/12			Dez/11		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
<b>Companhia</b>						
(a) Crédito prêmio de IPI 1979/1981	47.520	-	47.520	53.647	-	53.647
(b) Crédito prêmio de IPI 1988/1990	-	92.507	92.507	-	91.788	91.788
Provisão para perdas	-	(26.102)	(26.102)	-	(28.561)	(28.561)
(c) COFINS alargamento base de cálculo	551	-	551	15.045	-	15.045
Provisão para perdas	-	-	-	(15.045)	-	(15.045)
(d) ICMS a recuperar - SP	-	22.161	22.161	-	22.938	22.938
(e) ICMS a recuperar - SC	7.677	11.195	18.872	11.644	7.005	18.649
Imposto de renda a recuperar	29.374	-	29.374	24.031	-	24.031
Contribuição social a recuperar	5.052	-	5.052	4.755	-	4.755
Benefício Reintegra	10.608	-	10.608	-	-	-
COFINS, PIS e IPI a recuperar	1.180	-	1.180	1.048	-	1.048
	<b>101.962</b>	<b>99.761</b>	<b>201.723</b>	<b>95.125</b>	<b>93.170</b>	<b>188.295</b>
<b>Controladas</b>						
Imposto de renda a recuperar	1.106	-	1.106	1.054	-	1.054
IVA / VAT a recuperar	4.770	1.744	6.514	4.393	1.787	6.180
<b>Consolidado</b>	<b>107.838</b>	<b>101.505</b>	<b>209.343</b>	<b>100.572</b>	<b>94.957</b>	<b>195.529</b>

A origem dos créditos acima relacionados é a seguinte:

### a. Crédito Prêmio de IPI - Exportações 1979 a 1981.

Trata-se do benefício fiscal conhecido como Crédito-Prêmio de IPI, originário das exportações realizadas pela Companhia entre os anos de 1979 e 1981, cujo direito à utilização foi reconhecido por decisão judicial transitada em julgado em dezembro de 2003. A decisão de execução de sentença transitou em julgado em março de 2011. Em abril de 2011 a Companhia apresentou pedido de desistência dos atos executórios, visando a satisfação do crédito no âmbito administrativo, que foi acolhido em junho de 2011 e transitado em julgado em agosto de 2011.

Em setembro de 2011 a Companhia requereu, perante a Receita Federal do Brasil, a habilitação do referido crédito e, em fevereiro de 2012 o pedido foi deferido, o que permitiu a compensação de R\$ 6.510 com tributos federais no 1º trimestre de 2012. As expectativas apontam para a utilização integral durante o exercício de 2012.

### b. Crédito Prêmio de IPI - Exportações Jun/1988 a Out/1990.

Crédito-Prêmio de IPI originário das exportações realizadas pela Companhia entre os meses de junho de 1988 e outubro de 1990, cujo direito à utilização foi reconhecido por decisão do Superior Tribunal de Justiça transitada em julgado em abril de 2009.

A Companhia protocolou, em 25 de janeiro de 2012, o pedido de liquidação da referida sentença e a expectativa é de que tal processo seja concluído em até três anos, o que permitirá a realização do crédito mediante a emissão de precatórios.

Em 22 de março de 2012 o Juiz Federal da 7ª vara encaminhou para realização de perícia.

Considerando a referida expectativa de realização, a Companhia avaliou o crédito a valor presente e constituiu provisão para perda de R\$ 26.102 (R\$ 28.561 em 2011).

**c. Crédito de COFINS alargamento da base de cálculo (Lei 9.718/98).**

Direito à restituição de pagamento desse tributo que posteriormente foi reconhecido como não devido pela Companhia, em decisão judicial transitada em julgado em maio de 2006. O apontado pagamento foi feito, à época, mediante compensação com Crédito-Prêmio IPI, compensação essa não aceita pela Receita Federal. O contencioso e respectivo débito em favor da Receita Federal referente a tal compensação foi liquidado no âmbito da anistia instituída pela Medida Provisória nº 470/09, em outubro de 2010. Em abril de 2011 a Companhia iniciou os procedimentos de compensação do crédito e utilizou R\$ 10.125

Em 24 de maio de 2011 a Receita Federal do Brasil impediu novas compensações sob a alegação de que o prazo para aproveitá-lo teria expirado. Em 18 de julho de 2011, a Companhia impetrou medida judicial e, em 13 de dezembro de 2011, obteve decisão favorável assegurando o direito à compensação, ainda sujeito a recursos, razão pela qual a Companhia manteve a provisão no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

No primeiro trimestre de 2012, a Companhia utilizou R\$ 14.494, restando R\$ 551 para utilização no trimestre seguinte.

Considerando a realização praticamente integral do crédito, a Companhia reverteu a provisão que mantinha constituída, baseada em opiniões de assessores jurídicos, que indicam que eventual questionamento por parte da Receita Federal do Brasil, acerca das compensações efetuadas, não constituirão contingência de probabilidade de perda provável.

**d. ICMS a recuperar em São Paulo.**

São créditos decorrentes de compras de matérias-primas utilizadas na manufatura de produtos exportados.

**e. ICMS a recuperar em Santa Catarina.**

São créditos decorrentes de compras de ativos imobilizados, no montante de R\$ 18.872, realizáveis em 48 parcelas conforme a legislação estadual aplicável (R\$ 18.649 em 2011).

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A composição dos créditos e débitos fiscais diferidos, originários de imposto de renda e contribuição social, de acordo com as contas do balanço, está apresentada a seguir:

ATIVO	Companhia e Consolidado		
	Mar/12	Dez/11	Varição
<b>Companhia</b>			
Contas a receber	1.789	1.495	294
Estoques	885	803	82
Impostos e contribuições a recuperar	8.875	14.826	(5.951)
Ferramentais de terceiros	2.591	2.631	(40)
Créditos Eletrobrás	3.895	3.428	467
Outros itens do ativo	5.596	5.217	379
Salários, encargos sociais e participações	8.055	6.395	1.660
Outros itens do passivo	5.386	5.426	(40)
Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas	34.539	33.894	645
	<b>71.611</b>	<b>74.115</b>	<b>(2.504)</b>
<b>Consolidado</b>			
Lucros não realizados nas subsidiárias	2.287	3.750	(1.463)
<b>Total Consolidado</b>	<b>73.898</b>	<b>77.865</b>	<b>(3.967)</b>

PASSIVO	Companhia e Consolidado		
	Mar/12	Dez/11	Varição
Imobilizado - ajuste de avaliação patrimonial	66.342	68.103	(1.761)
Diferenças de taxas de depreciação	32.377	29.946	2.431
<b>Total Companhia e Consolidado</b>	<b>98.719</b>	<b>98.049</b>	<b>670</b>

Para o ativo diferido de imposto de renda e contribuição social, a Companhia elaborou estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração, o qual indica a plena recuperação destes tributos diferidos.

A estimativa de realização futura, baseada na projeção de lucros da Companhia é como segue:

Ano	Companhia		Consolidado	
	Mar/12	Dez/11	Mar/12	Dez/11
2012	16.378	21.048	16.378	21.048
2013	27.730	25.069	27.730	25.069
2014	27.503	26.012	29.790	26.012
2015	-	1.986	-	5.736
	<b>71.611</b>	<b>74.115</b>	<b>73.898</b>	<b>77.865</b>

A controlada Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. - Sofunge (em liquidação) possui prejuízos fiscais de R\$ 56.077 (R\$ 56.053 em 2011) e bases negativas da contribuição social de R\$ 61.309 (R\$ 61.284 em 2011). No momento a Administração não vislumbra forma de realização, por esse motivo os respectivos créditos não estão registrados.

## 9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações da Companhia com partes relacionadas podem ser resumidas como segue:

### a. Empresas controladas:

Balança patrimonial	Direitos a receber		Obrigações	
	Mar/12	Dez/11	Mar/12	Dez/11
Tupy Agroenergética Ltda.	-	-	144	158
Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. - Sofunge "em liquidação"	-	-	1.499	1.527
Tupy American Foundry Co.	34.805	21.924	-	-
Tupy American Iron & Alloys Co.	197	2	-	-
Tupy Europe GmbH	7.008	7.170	-	-
Tupy Argentina S.R.L.	2.319	1.992	-	-
	<b>44.329</b>	<b>31.088</b>	<b>1.643</b>	<b>1.685</b>

Demonstração do resultado	Receita de vendas		Despesa financeira	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Tupy Agroenergética Ltda.	-	-	-	(9)
Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. - Sofunge "em liquidação"	-	-	(3)	(6)
Tupy American Foundry Co.	96.845	79.944	-	-
Tupy American Iron & Alloys Co.	591	1.564	-	-
Tupy Europe GmbH	29.876	32.839	-	-
Tupy Argentina S.R.L.	375	43	-	-
	<b>127.687</b>	<b>114.390</b>	<b>(3)</b>	<b>(15)</b>

Os direitos a receber e as receitas de vendas da Companhia com suas controladas são representadas basicamente por operações de venda de mercadorias e os preços e prazos são definidas conforme estabelecido entre as partes.

As obrigações representam empréstimos de mútuo de controladas no Brasil, remunerados pela variação da TR – Taxa Referencial.

### b. Principais acionistas:

A Companhia tem como principais acionistas a PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil e a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

A Companhia mantém contratos de financiamentos com o BNDES, acionista controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, conforme detalhado na nota 14.

### c. Remuneração dos administradores

	Conselho de Administração		Diretoria Executiva	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Remuneração Fixa	216	168	618	729
Remuneração Variável	-	-	518	440
	<b>216</b>	<b>168</b>	<b>1.136</b>	<b>1.169</b>

A remuneração global aprovada em AGO/E é de R\$ **10.311** (R\$ 9.000 em 2011).

A remuneração dos administradores ocorre apenas na controladora, portanto, não há remuneração nas empresas controladas.

Os valores registrados a título de remuneração variável da Diretoria Executiva são a título de provisão, em acordo com as metas estabelecidas para o exercício. A Companhia não oferece remuneração variável para o Conselho de Administração.

A título de benefícios corporativos, os Diretores da Companhia fazem jus a automóvel, reembolso de despesas destes, seguro saúde e indenização por rescisão contratual.

A Companhia não oferece aos administradores, plano de benefício pós-exoneração e plano de participações em ações.

## 10. CRÉDITOS ELETROBRÁS

São créditos registrados em 2003, referentes ao reconhecimento pelo Poder Judiciário (com trânsito em julgado) do direito ao complemento da correção monetária do empréstimo compulsório da Eletrobrás e dos respectivos juros.

No âmbito da respectiva execução de sentença, em Dezembro de 2011, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região corroborou a apuração realizada pela Companhia, na medida em que lhe assegurou, além do crédito já reconhecido em 1ª instância (principal acrescido de juros remuneratórios), os créditos correspondentes aos juros moratórios.

O valor registrado pela Companhia reflete, portanto: (i) o direito já reconhecido pelo Judiciário; (ii) a forma de apuração apontada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região; (iii) laudo pericial homologado pelo Judiciário; e (iv) a previsão legal que permite à Eletrobrás pagar uma parcela da referida dívida com ações – critério que ainda será questionado pela Companhia nos tribunais superiores, mas que, por ora, demanda o registro de provisão para perda de R\$ 11.455 (R\$ 10.083 em 2011), resultando no registro complementar em 2012 de R\$ 1.372 (nota 22).

A atualização monetária é reconhecida mediante a aplicação da variação do IPCA-E.

A Companhia estima que o crédito seja efetivamente recebido ao longo do exercício de 2013.

Abaixo quadro demonstrativo da evolução do saldo da conta:

	<b>Companhia e Consolidado</b>
<b>Saldo em Dez/11</b>	<b>88.597</b>
Atualização monetária	1.418
Provisão para perdas	(1.372)
<b>Saldo em Mar/12</b>	<b>88.643</b>

## 11. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

A Companhia não concluiu as negociações para a venda dos ativos de propriedade da controlada Tupy Agroenergética Ltda., desta forma, por não existir uma perspectiva clara quanto ao prazo de realização reclassificou o valor para o grupo de propriedades para investimento.

O saldo em 31 de março de 2012 é de R\$ 4.574 (R\$ 4.189 em 2011).

De acordo com avaliação feita em 2011 por empresa especializada, os valores de realização dos ativos classificados como propriedades para investimento apontam para uma faixa entre R\$ 26.953 (mínimo) e R\$ 49.761 (esperado), líquidos dos efeitos fiscais e do custo contábil.

## 12. INVESTIMENTOS

	Total do	Patrimônio	Lucro	Participação	Equivalência		Valor patrimonial	
	ativo	líquido	(prejuízo)	no capital	patrimonial (*)		do investimento (*)	
			do período	social (%)	31/03/12	31/03/11	Mar/12	Dez/11
<b>Investimentos em Controladas</b>								
Tupy Agroenergética Ltda.	10.415	10.329	82	100,00	82	412	10.329	10.247
Companhia Técnica de Fundições								
Gerais SA. - Sofunge "em liquidaçã	2.500	2.108	(24)	100,00	(24)	(21)	2.108	2.132
Tupy American Foundry Co.	83.588	35.897	(1.033)	100,00	621	684	32.063	31.070
Tupy American Iron & Alloys Co.	2.962	2.656	15	100,00	(65)	48	2.656	2.703
Tupy Europe GmbH	71.167	41.476	722	100,00	753	1.995	40.872	40.119
Tupy Argentina S.R.L.	3.758	1.332	59	100,00	(2)	(420)	1.332	1.724
					<b>1.365</b>	<b>2.698</b>	<b>89.360</b>	<b>87.995</b>
Outros investimentos							1.364	1.364
<b>Total dos Investimentos</b>							<b>90.724</b>	<b>89.359</b>

(\*) ajustado pelos lucros não realizados

## 13. IMOBILIZADO

### a. Movimentação do ativo imobilizado

	Companhia e Consolidado							Controladas		Total Consolidado
	Máquinas, instalações e equipamentos	Edificações	Terrenos	Veículos	Móveis, utensílios e outros	Imobilizações em andamento	Total Companhia	Terrenos	Outros	
<b>Custo</b>										
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2011</b>	1.199.393	153.534	8.748	17.486	8.765	207.843	<b>1.595.769</b>	2.354	5.202	<b>1.603.325</b>
Adições	117.587	16.502	-	4.171	188	117.812	<b>256.260</b>	-	685	<b>256.945</b>
Baixas	(11.486)	(993)	-	(467)	(637)	-	<b>(13.583)</b>	-	(123)	<b>(13.706)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	1.305.494	169.043	8.748	21.190	8.316	325.655	<b>1.838.446</b>	2.354	5.764	<b>1.846.564</b>
Adições	-	-	-	-	-	56.201	<b>56.201</b>	-	-	<b>56.201</b>
Transferência para imobilização	110.222	23.733	-	81	24	(134.060)	-	-	-	-
Baixas	(5.115)	-	-	(282)	(1)	-	<b>(5.398)</b>	-	(2)	<b>(5.400)</b>
Transferência para propriedades para investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	(385)	<b>(385)</b>
<b>Saldo em 31 de março de 2012</b>	1.410.601	192.776	8.748	20.989	8.339	247.796	<b>1.889.249</b>	2.354	5.377	<b>1.896.980</b>
<b>Depreciação</b>										
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2011</b>	(536.800)	(84.013)	-	(11.018)	(8.068)	-	<b>(639.899)</b>	-	(2.177)	<b>(642.076)</b>
Depreciação no período	(74.254)	(4.058)	-	(2.073)	(125)	-	<b>(80.510)</b>	-	(123)	<b>(80.633)</b>
Baixas	10.395	593	-	455	636	-	<b>12.079</b>	-	116	<b>12.195</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	(600.659)	(87.478)	-	(12.636)	(7.557)	-	<b>(708.330)</b>	-	(2.184)	<b>(710.514)</b>
Depreciação no período	(19.653)	(1.008)	-	(451)	(32)	-	<b>(21.144)</b>	-	(29)	<b>(21.173)</b>
Baixas	5.115	-	-	273	1	-	<b>5.389</b>	-	-	<b>5.389</b>
<b>Saldo em 31 de março de 2012</b>	(615.197)	(88.486)	-	(12.814)	(7.588)	-	<b>(724.085)</b>	-	(2.213)	<b>(726.298)</b>
<b>Valor contábil</b>										
Em 31 de dezembro de 2011	704.835	81.565	8.748	8.554	759	325.655	1.130.116	2.354	3.580	1.136.050
Em 31 de março de 2012	795.404	104.290	8.748	8.175	751	247.796	1.165.164	2.354	3.164	1.170.682

As adições ao imobilizado consolidado, que contemplam a continuidade das aquisições e instalações de novas linhas para produção de blocos, cabeçotes e demais peças do segmento de produtos automotivos em ambas as plantas industriais, sustentação da capacidade operacional e proteção ao meio ambiente (sistemas de exaustão para fornos, aterro industrial e regeneração de areias), estão compostas da seguinte forma:

INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO	Consolidado	
	31/03/12	31/03/11
Em expansão	39.396	18.871
Sustentação da capacidade operacional	11.826	21.162
Meio Ambiente	2.834	3.039
Juros e encargos financeiros	2.145	1.623
	<b>56.201</b>	<b>44.695</b>

A Companhia deprecia o imobilizado pelo método linear, utilizando as vidas úteis demonstradas a seguir:

	<b>Vida útil média</b>
Máquinas, instalações e equipamentos	15 anos
Edificações	35 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos

#### **b. Capitalização de juros e encargos financeiros**

A Companhia reconhece como custo de formação dos ativos os juros e encargos financeiros incorridos durante o período de construção, para os ativos qualificáveis.

O montante registrado no primeiro trimestre de 2012 totaliza R\$ 2.145 (R\$ 1.623 no mesmo período de 2011).

#### **c. Garantia**

Em 31 de março de 2012, bens do ativo imobilizado com valor contábil de R\$ 386.187 (R\$ 125.719 em 2011) encontram-se hipotecados para garantir empréstimos bancários de longo prazo.

#### **d. Valores segurados**

Os ativos imobilizados estão segurados contra incêndio, danos elétricos e explosão. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos, conforme descrito na nota 25.

### **14. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS**

	<b>Vencimento</b>	<b>Custo médio</b>	<b>Companhia e Consolidado</b>	
			<b>Mar/12</b>	<b>Dez/11</b>
<b>Moeda Nacional</b>				
(a) Projeto de expansão da Tupy S.A. - BNDES	Jul/2018	TJLP + 2,91% a.a.	228.973	171.519
(b) BNDES Exim - Pré-embarque (PSI)	Out/2013	5,7% a.a.	751.326	751.326
Finame (PSI)	Mar/2021	6,77% a.a.	13.779	8.116
<b>Moeda Estrangeira</b>				
(a) Projeto de expansão da Tupy S.A. - BNDES	Jul/2016	VC + 5,82% a.a.	28.549	16.658
(c) Pré-pagamento de exportações	Set/2017	VC+ Libor + 3,74% a.a.	811.749	836.882
Capital de giro	Mar/2013	VC+ Libor + 1,90% a.a.	12.583	19.263
			<b>1.846.959</b>	<b>1.803.764</b>
Parcela de curto prazo			400.353	401.491
Parcela de longo prazo			1.446.606	1.402.273

Os vencimentos de longo prazo são como seguem:

<b>Companhia e Consolidado</b>		
<b>Ano</b>	<b>Mar/12</b>	<b>Dez/11</b>
2013	495.246	514.055
2014	153.028	138.881
2015	276.991	265.088
2016	262.667	250.722
2017	242.615	230.609
Após	16.059	2.918
	<b><u>1.446.606</u></b>	<b><u>1.402.273</u></b>

Os valores contábeis dos empréstimos aproximam-se dos valores justos.

#### **a. Projeto de Expansão da Tupy S.A. - BNDES**

O financiamento para expansão obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, contratado em 15 de junho de 2009, no valor de R\$199.343, possui prazo total de 80 meses, com 27 meses de carência.

O contrato prevê 89% de recursos com custos em reais e 11% em dólares norte americanos. As garantias são compostas por equipamentos fabris, hipoteca, fiança bancária e depósito caução de 12% do saldo devedor (nota 4).

Em janeiro de 2012, a Companhia contratou novo empréstimo no montante de R\$ 195.934 junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, na modalidade Finem, dos quais, R\$ 80.115 foram liberados no primeiro trimestre de 2012, com prazo total de até 6,5 anos, e carência de até 2 anos, cuja finalidade é financiar investimentos, realizados e a realizar, entre 2011 e 2013.

O contrato prevê 83% de recursos com custos em reais e 17% em dólares norte americanos. As garantias são compostas por equipamentos fabris, das unidades de Usinagem e de Blocos, localizados na planta de Joinville/SC.

#### **b. BNDES Exim - Pré-embarque (PSI)**

Em setembro e novembro de 2009 e em junho de 2010 a Companhia contratou com diversas instituições financeiras operações na modalidade BNDES Exim – Pré-Embarque do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), nos montantes de R\$ 299.217 e R\$ 250.000 respectivamente, que foram destinados à substituição de dívidas vincendas no curto prazo e reforço de caixa da Companhia. Os recursos contratados em 2009 e 2010 possuem prazo total de 36 meses e amortização do principal em parcela única no final de cada contrato.

Em setembro e outubro de 2011, a Companhia contratou com diversas instituições financeiras, operações na modalidade BNDES Exim - Programa de Sustentação do Investimento (PSI), no montante de R\$ 200.000, que foram destinados à substituição de dívidas vincendas no curto prazo e reforço de caixa da Companhia. Os contratos possuem prazo total de 24 meses e amortização do principal em parcela única no final de cada contrato.

### c. Pré-pagamento de exportações

Em setembro e outubro de 2011 foram contratadas operações de empréstimo no montante de US\$ 420 MM junto aos Bancos do Brasil, Itaú, Safra e Bradesco, todas com prazo total de 6 anos, com carência de 3 anos. Tais recursos serão destinados para reforço de caixa e garantir o cumprimento de dívidas vincendas a partir de 2012.

Aproximadamente 43% dos contratos de financiamentos e empréstimos estão sujeitos ao cumprimento do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA Ajustado, e outros 16% estão sujeitos a demais índices financeiros, os quais compreendem: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado; EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro; Dívida Líquida/Patrimônio Líquido; Patrimônio Líquido/Ativo Total e Ativo Circulante/Passivo Circulante. Em 31 de março, todos os índices financeiros estão sendo cumpridos.

EBITDA Ajustado: é o lucro líquido adicionado do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, das depreciações e amortizações e ajustado pela adição das outras despesas ou redução das outras receitas operacionais líquidas.

Dívida líquida é a dívida bancária, líquida das disponibilidades e aplicações de longo prazo.

## 15. FINANCIAMENTOS DE IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS

Em 31 de julho de 2003, a então controlada Tupy Fundições Ltda. formalizou pedido de adesão ao programa REFIS-PAES, previsto na Lei nº. 10.684/03, para recolhimento de débitos junto ao INSS, no montante de R\$ 58.379, que vem sendo amortizados em 120 parcelas mensais, corrigidas pela TJLP, sem constituição de qualquer forma de garantia por parte da Companhia. O saldo em 31 de março de 2012 é de R\$ 14.604 (R\$ 16.886 em 31 de dezembro de 2011).

## 16. SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÕES

Companhia	Companhia e Consolidado	
	Mar/12	Dez/11
Salários	10.670	9.339
Provisão de férias e 13º salário	47.679	44.631
Encargos sociais	11.942	13.283
Programa de participação no resultado	23.692	18.810
Previdência privada	1.376	1.572
	<b>95.359</b>	<b>87.635</b>
<b>Controladas</b>		
Salários, encargos e participações	368	374
<b>Consolidado</b>	<b>95.727</b>	<b>88.009</b>

O programa de participação dos empregados no resultado da Companhia é proporcional ao período e está atrelado a índices econômico/financeiros e operacionais e metas de desempenho individuais.

Em 2011 a Companhia instituiu plano de previdência privada para todos os empregados, sendo que estes tinham a opção de aderir ou não. A modalidade do plano é de contribuição definida onde para cada valor contribuído por empregado, limitado a um percentual estabelecido sobre a folha de pagamento, a Companhia contribui com igual valor. Para uma parcela reduzida do contingente de funcionários o plano prevê uma contribuição especial para os chamados sócios fundadores, aqueles que atendem a determinados requisitos de tempo de casa e idade, cujo valor está provisionado e será pago em cinco parcelas anuais e iguais, iniciando-se em agosto de 2012.

## 17. PROVISÕES TRIBUTÁRIAS, CÍVEIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas possuem processos em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões, no caso de perdas prováveis, suportadas por opiniões de assessores jurídicos.

As movimentações ocorridas no primeiro trimestre de 2012 nas provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas e os respectivos saldos estão compostas da seguinte forma:

Companhia	Companhia e Consolidado					
	Dez/11	Adições	Atualizações	Baixas	Pagamentos	Mar/12
<b>Companhia</b>						
Cíveis	71.471	-	1.357	-	-	72.828
Tributárias - Pis, Cofins, Icms e IPI	10.154	-	48	-	-	10.202
Trabalhistas - Processos de ex-empregados	13.580	1.379	-	-	(888)	14.071
Previdenciárias - Inss (Sebrae e Rat)	4.484	-	-	-	-	4.484
Depósitos judiciais vinculados	(8.650)	(175)	-	328	-	(8.497)
	<b>91.039</b>	<b>1.204</b>	<b>1.405</b>	<b>328</b>	<b>(888)</b>	<b>93.088</b>
<b>Controladas</b>						
Cíveis	459	-	-	-	-	459
Tributárias - Pis, Cofins, Icms e IPI	43	-	-	-	-	43
Trabalhistas - Processos de ex-empregados	61	-	-	-	-	61
Depósitos judiciais vinculados	(199)	(4)	-	-	-	(203)
<b>Consolidado</b>	<b>91.403</b>	<b>1.200</b>	<b>1.405</b>	<b>328</b>	<b>(888)</b>	<b>93.448</b>

As provisões cíveis estão relacionadas à honorários de êxito em processos fiscais e débito contingente proveniente de aquisição de controlada. As baixas realizadas no exercício estão relacionadas à redução dos ativos que dão origem à provisão de honorários de êxito, renegociações do percentual de êxito (nota 7, letra b) e atualização do débito contingente proveniente de aquisição de controlada.

As provisões acima descritas são atualizadas, principalmente, pela variação da taxa SELIC e IGPM e seus reflexos no resultado do exercício estão descritos na nota 22.

## **Contingências com probabilidades de perdas possíveis**

Não foram constituídas provisões para as contingências passivas cujo prognóstico, dos assessores jurídicos externos da Companhia, é de que são possíveis as chances de perda.

	<b>Companhia e Consolidado</b>	
	<b>Mar/12</b>	<b>Dez/11</b>
(a) Créditos de PIS e COFINS / Processos de IRPJ e CSLL	79.574	77.527
(b) Débitos quitados em anistia fiscal	43.749	42.624
(c) Créditos de ICMS	26.438	25.758
(d) Débitos fiscais prescritos	23.762	23.151
(e) Processos de natureza previdenciária	65.987	64.290
(f) Processos de natureza trabalhista	19.755	19.180
(g) Processos de natureza cível	6.748	6.551

### **a. Créditos de PIS e COFINS / Processos de IRPJ e CSLL**

Processos de PIS e COFINS: Processos administrativos nos quais a Receita Federal do Brasil questiona a Companhia pela utilização de créditos gerados nas aquisições de insumos nos períodos entre os anos de 2004 e 2011 (divergências na conceituação de insumos). A companhia apresentou defesa administrativa demonstrando a pertinência dos creditamentos em atendimento à legislação tributária.

Processos de IRPJ e CSLL: Processos administrativos dos anos de 1994 e 2006 nos quais a Receita Federal do Brasil questiona, respectivamente, a determinação do lucro tributável, e a utilização do IRPJ estimativa. A Companhia apresentou defesa sustentando que a apuração fiscal foi realizada de forma adequada.

### **b. Débitos quitados em anistia fiscal**

Débitos quitados pela Companhia mediante adesão a anistia fiscal da MP 470/09, nos quais a Receita Federal do Brasil questiona a suposta incompatibilidade destes ao referido programa. A Companhia está pleiteando, em juízo, a homologação, diante da plena compatibilidade entre os débitos e anistia concedida.

### **c. Créditos de ICMS**

Processos administrativos e judiciais, de iniciativa dos fiscos estaduais de São Paulo e de Santa Catarina, dos anos de 2009 a 2011, nos quais são questionados determinados creditamentos de ICMS realizados pelos estabelecimentos de Mauá e de Joinville. Em todos os processos, a Companhia tem demonstrado a pertinência dos creditamentos realizados em atendimento à legislação tributária.

#### **d. Débitos fiscais prescritos**

Execuções fiscais promovidas pela União, nos anos de 2004 e 2005, cobrando supostos débitos relativos às compensações com Crédito-Prêmio de IPI. A Companhia está se defendendo, arguindo a prescrição desde aquelas datas, nos termos da jurisprudência dos tribunais superiores.

#### **e. Processos de natureza previdenciária**

Processos administrativos e judiciais, dos anos de 1998 e 2008, de iniciativa do fisco federal em razão de supostos débitos relativos às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento e devidos por prestadores de serviço (responsabilidade subsidiária). Em todos os processos, a Companhia tem se defendido demonstrando que os procedimentos fiscais adotados estão em plena consonância com a legislação tributária.

#### **f. Processos de natureza trabalhista**

São processos movidos por ex-empregados em trâmite na Justiça do Trabalho, pleiteando indenizações e verbas trabalhistas supostamente devidas pela Companhia.

#### **g. Processo de natureza cível**

Contingência em que se discute a ocorrência de excesso de execução em demanda movida pela Companhia, relativamente à majoração indevida de tarifa de energia elétrica cobrada pela concessionária, em período de congelamento de preços, de fevereiro a novembro de 1986.

### **18. CAPITAL SOCIAL, AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL, RESERVAS E DIVIDENDOS**

#### **a. Capital social**

O capital autorizado é limitado a R\$ 450.000, representado por ações escriturais nominativas, sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais.

Do capital autorizado, acham-se subscritos e integralizados R\$ 398.395, representados por 57.138.750 ações, sendo 56.820.214 ações ordinárias com direito a voto, e 318.536 ações preferenciais sem direito a voto.

O Conselho de Administração da Companhia poderá aumentar o capital subscrito em montante que reputar conveniente e necessário até o limite do capital autorizado.

A Companhia, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembléia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou à pessoas que lhe prestem serviços ou à

entidade sob seu controle. Até 31 de março de 2012, não houve outorga de opção de compra de ações.

As ações preferenciais conferem a seus possuidores:

- O direito de prioridade no reembolso do capital, em caso de encerramento das atividades da Companhia;
- O direito de participação, em igualdade de condições com as demais ações, na distribuição de dividendos, no recebimento de bonificações provenientes de correção monetária, de reavaliação do ativo, de capitalização de reservas ou de utilização de quaisquer fundos; e,
- O direito de serem incluídos em ofertas públicas de alienação do controle, nas condições previstas no art. 254-A da Lei nº 6.404/76, assegurado o dividendo igual ao das ações ordinárias.

#### **b. Ajuste de avaliação patrimonial**

É composto de saldos de reavaliações de ativos efetuados em 1990 nas contas de terrenos e edificações (R\$ 16.305) e em 2005 na conta de máquinas e equipamentos (R\$ 112.485), as quais foram admitidas como parte integrante do valor de custos dos respectivos bens. A realização contra a conta de lucros acumulados ocorre na proporção da depreciação dos ativos correspondentes, quando aplicável.

#### **c. Reservas de lucros**

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva para investimentos

É constituída em montante não inferior a 5% do lucro líquido, apurado em cada exercício social, até o limite de 50% do capital social. O saldo, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá exceder o valor do capital social.

A assembleia geral realizada em 30 de abril de 2012 aprovou a capitalização de R\$ 138.656 de reservas para investimentos, elevando assim o Capital Social da Companhia para R\$ 537.051.

## **19. RECEITA OPERACIONAL**

Abaixo apresentamos a conciliação das receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Companhia		Consolidado	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Receita bruta	589.387	577.647	594.448	591.655
<b>Menos:</b>				
Devoluções e abatimentos	(9.275)	(6.618)	(9.275)	(6.618)
<b>Receita líquida de devoluções e abatimentos</b>	<b>580.112</b>	<b>571.029</b>	<b>585.173</b>	<b>585.037</b>
Impostos sobre vendas	(56.717)	(74.368)	(56.768)	(74.374)
<b>Receita operacional</b>	<b>523.395</b>	<b>496.661</b>	<b>528.405</b>	<b>510.663</b>
<b>Receita operacional</b>				
Mercado Interno	251.686	285.830	251.647	285.792
Mercado Externo	271.709	210.831	276.758	224.871
	<b>523.395</b>	<b>496.661</b>	<b>528.405</b>	<b>510.663</b>

## 20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Abaixo apresentamos a composição dos custos e despesas por natureza, conciliadas com os custos e despesas por função apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	Companhia		Consolidado	
	Para os períodos findos em:		Para os períodos findos em:	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Matérias Primas	133.375	133.136	133.115	134.234
Materiais de processo	95.578	88.167	95.388	88.895
Materiais de manutenção e consumo	39.339	45.318	38.488	45.342
Salários e encargos	113.047	90.606	111.327	92.281
Programa de participação no resultado	5.359	5.015	5.359	5.015
Benefícios sociais	20.417	12.679	20.104	12.991
Energia Elétrica	29.669	23.614	29.004	23.814
Depreciação	21.144	19.488	21.173	19.512
Fretes sobre vendas	14.804	20.816	18.710	24.428
Honorários da administração	1.352	1.337	1.352	1.337
Outros custos	4.039	1.888	3.054	4.559
	<b>478.124</b>	<b>442.064</b>	<b>477.074</b>	<b>452.408</b>
Custo dos produtos vendidos	442.603	401.046	436.698	405.532
Despesas com vendas	22.243	28.708	26.496	33.845
Despesas administrativas	11.926	10.973	12.528	11.694
Honorários da administração	1.352	1.337	1.352	1.337
	<b>478.124</b>	<b>442.064</b>	<b>477.074</b>	<b>452.408</b>

## 21. RESULTADO FINANCEIRO

	Companhia		Consolidado	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre financiamento bancário	(29.016)	(9.048)	(29.016)	(9.048)
Juros sobre financiamento tributário	(131)	(342)	(132)	(342)
Outras despesas	(482)	(264)	(1.346)	(1.105)
	<u>(29.629)</u>	<u>(9.654)</u>	<u>(30.494)</u>	<u>(10.495)</u>
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros sobre aplicação financeira	31.620	12.261	31.620	12.261
Juros sobre crédito eletrobrás	1.418	2.120	1.418	2.120
Outras receitas	3.119	685	3.300	677
	<u>36.157</u>	<u>15.066</u>	<u>36.338</u>	<u>15.058</u>
<b>Variações monetárias e cambiais líquidas</b>				
Variações cambiais líquidas	352	3.352	(1.933)	2.923
Variação monetária	(157)	(215)	(156)	(213)
	<u>195</u>	<u>3.137</u>	<u>(2.089)</u>	<u>2.710</u>
	<u><b>6.723</b></u>	<u><b>8.549</b></u>	<u><b>3.755</b></u>	<u><b>7.273</b></u>

As receitas financeiras abrangem, principalmente, rendimentos auferidos em aplicações financeiras e atualizações de ativos que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, juros e variações monetárias sobre financiamentos e empréstimos bancários que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, juros e variações monetárias sobre financiamento de impostos e encargos sociais, despesas bancárias e impostos sobre operações financeiras que são reconhecidos no resultado.

Os ganhos e perdas provenientes de variações cambiais sobre ativos e passivos em moeda estrangeira são reportados em uma base líquida.

## 22. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Companhia		Consolidado	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
<b>Constituição e atualização de provisões (nota 17)</b>				
Constituição e atualização de provisões:				
tributárias	(48)	(47)	(48)	(47)
cíveis	(1.357)	(4.805)	(1.357)	(4.805)
trabalhista	(1.379)	-	(1.379)	-
previdenciárias	-	(377)	-	(377)
<b>Outras despesas operacionais</b>				
Provisão para perda do Crédito Cofins (nota 7)	15.045	-	15.045	-
Provisão para perda do Crédito Eletrobrás (nota 10)	(1.372)	-	(1.372)	-
Depreciação de ativos não operacionais	(477)	(452)	(477)	(452)
Baixa de bens do imobilizado	139	-	137	-
Resultado na venda de inservíveis e na baixa de ferramentais de terceiros e outros	(858)	(421)	(192)	733
	<u><b>9.693</b></u>	<u><b>(6.102)</b></u>	<u><b>10.357</b></u>	<u><b>(4.948)</b></u>

## 23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

	Companhia		Consolidado	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
<b>Lucro antes dos efeitos fiscais</b>	<b>63.052</b>	<b>59.742</b>	<b>65.443</b>	<b>60.580</b>
Alíquota combinada de impostos	34%	34%	34%	34%
Despesa à alíquota combinada	(21.438)	(20.312)	(22.251)	(20.597)
<b>Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:</b>				
- Equivalência patrimonial	464	917	-	-
- Depreciação de bens reavaliados em 1990	-	(165)	-	(165)
- Depreciação de ativos não operacionais	(162)	(154)	(162)	(154)
- Demais (adições) exclusões permanentes	132	251	(308)	380
Efeitos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de controladas sem constituição de créditos fiscais diferidos	-	-	(674)	235
<b>Efeitos fiscais lançados ao resultado</b>	<b>(21.004)</b>	<b>(19.463)</b>	<b>(23.395)</b>	<b>(20.301)</b>

Composição do efeito fiscal lançado ao resultado do exercício:

	Companhia		Consolidado	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Imposto de renda e contribuição social correntes	(17.830)	(10.716)	(18.758)	(11.503)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.174)	(8.747)	(4.637)	(8.798)
<b>Efeitos fiscais lançados ao resultado</b>	<b>(21.004)</b>	<b>(19.463)</b>	<b>(23.395)</b>	<b>(20.301)</b>

## 24. LUCRO POR AÇÃO

Abaixo o cálculo do lucro por ação Ordinária (ON) e Preferencial (PN) no exercício:

	Companhia e Consolidado	
	31/03/12	31/03/11
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	42.048	40.279
Média ponderada de ações em circulação	57.139	57.139
<b>Lucro básico e diluído por ação - R\$</b>	<b>0,7359</b>	<b>0,7049</b>

## 25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que considera a natureza e o grau de riscos envolvidos, de acordo com a orientação de seus consultores de seguros, e que a Administração entende como adequados.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das Informações Trimestrais, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Os riscos cobertos contemplam os seguintes itens e valores correspondentes:

	Mar/12	Dez/11
Prédios e edificações	77.378	77.378
Máquinas e equipamentos, móveis e utensílios	954.918	954.918
Estoques	130.279	130.279
Lucros cessantes	629.328	629.328
Responsabilidade civil	36.706	36.706

## 26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia divulga as informações por segmento de negócio operacional, de acordo com aquelas informadas aos órgãos da administração para decisões sobre alocações de recursos e avaliações de desempenho, conforme descrito abaixo.

**Produtos Automotivos** – Fabricação, sob encomenda, de produtos fundidos e usinados, com elevado conteúdo tecnológico, tais como componentes para sistemas de propulsão (blocos e cabeçotes), freio, transmissão, direção, eixo e suspensão de veículos, para fabricantes mundiais de motores, automóveis de passeio, veículos comerciais (caminhões, ônibus e outros), máquinas de construção, tratores, máquinas agrícolas e geradores de energia.

**Produtos Industriais** - Fabricação de conexões de ferro maleável para a indústria da construção, granalhas de ferro e aço para a indústria de beneficiamento de mármore e granitos e perfis de ferro fundido para uso diversificado.

Informações referentes aos segmentos reportados estão demonstradas a seguir:

### Conciliação de receitas, custos e despesas e os resultados

	Consolidado					
	Produtos Automotivos		Produtos Industriais		Total	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Receita operacional (nota 19)	473.860	455.331	54.545	55.332	528.405	510.663
Custos e despesas (nota 20)	(430.788)	(409.575)	(46.286)	(42.833)	(477.074)	(452.408)
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição so	43.072	45.756	8.259	12.499	51.331	58.255
Resultado financeiro líquido (nota 21)					3.755	7.273
Outras receitas (despesas) operacionais (nota 22)					10.357	(4.948)
Lucro após o resultado financeiro líquido					65.443	60.580
Imposto de renda e contribuição social (nota 23)					(23.395)	(20.301)
<b>Lucro líquido do período</b>					<b>42.048</b>	<b>40.279</b>

### Informações acerca dos países em que a Companhia obtém receitas

A receita proveniente de clientes atribuídos ao país sede e a cada país estrangeiro e sua participação na receita operacional total da Companhia para o exercício, esta composta abaixo:

RECEITA OPERACIONAL	Consolidado - R\$ mil			
	31/03/12	%	31/03/11	%
Brasil - País Sede	251.647	47,6	285.792	56,0
Estados Unidos	104.535	19,8	95.654	18,7
México	54.354	10,3	47.972	9,4
Reino Unido	45.454	8,6	33.391	6,5
Itália	16.971	3,2	10.739	2,1
Japão	13.878	2,6	5.655	1,1
Hungria	8.049	1,5	7.001	1,4
África do Sul	6.658	1,3	2.152	0,4
Argentina	4.570	0,9	2.479	0,5
China	4.537	0,9	1.523	0,3
Holanda	3.029	0,6	2.629	0,5
França	2.312	0,4	7.832	1,5
Outros países	12.411	2,3	7.844	1,5
<b>Total</b>	<b>528.405</b>	<b>100,0</b>	<b>510.663</b>	<b>100,0</b>

### Cientes relevantes responsáveis por mais de 10% da receita operacional total da Companhia

A Companhia possui um portfólio diversificado de clientes nacionais e internacionais. No segmento de produtos automotivos existem clientes que individualmente representam mais de 10% da receita operacional consolidada, conforme informações abaixo:

RECEITA OPERACIONAL	Consolidado - R\$ mil			
	31/03/12	%	31/03/11	%
<b>Produtos Automotivos</b>				
Cliente A	102.322	19,4	92.855	18,2
Cliente B	89.230	16,9	78.871	15,4
Demais clientes de produtos au	282.308	53,4	283.605	55,5
<b>Total Produtos Automotivos</b>	<b>473.860</b>		<b>455.331</b>	
<b>Produtos Industriais</b>	54.545	10,3	55.332	10,8
<b>Total Receita Operacional</b>	<b>528.405</b>	<b>100,0</b>	<b>510.663</b>	<b>100,0</b>

A distribuição das vendas do segmento de produtos industriais é bastante pulverizada.

### Conciliação dos custos e despesas por segmento

	Consolidado					
	Produtos Automotivos		Produtos Industriais		Total	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Matérias Primas	120.200	121.525	12.915	12.709	133.115	134.234
Materiais de processo	86.134	80.479	9.254	8.416	95.388	88.895
Materiais de manutenção e consumo	34.754	41.049	3.734	4.293	38.488	45.342
Salários e encargos	100.526	83.544	10.801	8.737	111.327	92.281
Programa de participação no resultado	4.839	4.540	520	475	5.359	5.015
Benefícios sociais	18.154	11.761	1.950	1.230	20.104	12.991
Energia Elétrica	26.190	21.559	2.814	2.255	29.004	23.814
Depreciação	19.119	17.665	2.054	1.847	21.173	19.512
Fretes sobre vendas	16.895	22.115	1.815	2.313	18.710	24.428
Honorários da administração	1.221	1.210	131	127	1.352	1.337
Outros custos	2.756	4.128	298	431	3.054	4.559
	<b>430.788</b>	<b>409.575</b>	<b>46.286</b>	<b>42.833</b>	<b>477.074</b>	<b>452.408</b>

## Conciliação de ativos e passivos

ATIVO	Consolidado					
	Produtos Automotivos		Produtos Industriais		Total	
	Mar/12	Dez/11	Mar/12	Dez/11	Mar/12	Dez/11
Contas a receber, líquidas (nota 5)	232.594	233.227	39.619	36.448	272.213	269.675
Estoques (nota 6)	158.312	173.920	47.794	48.341	206.106	222.261
Ferramentais de terceiros	26.718	25.006	35	38	26.753	25.044
Títulos a receber e outros	20.347	17.346	3.946	7.514	24.293	24.860
Imobilizado (nota 13)	1.134.442	1.103.764	36.240	32.286	1.170.682	1.136.050
Outros ativos não alocados	-	-	-	-	1.870.191	1.819.955
<b>Total ativo consolidado</b>	<b>1.572.413</b>	<b>1.553.263</b>	<b>127.634</b>	<b>124.627</b>	<b>3.570.238</b>	<b>3.497.845</b>
<b>PASSIVO</b>						
Fornecedores	136.331	142.026	20.701	23.500	157.032	165.526
Impostos e contribuições	3.280	6.444	606	11	3.886	6.455
Salários, encargos sociais e participações	87.636	79.336	8.091	8.673	95.727	88.009
Adiantamentos de clientes	33.034	40.114	4.272	14.210	37.306	54.324
Títulos a pagar e outros	34.263	18.422	4.434	6.504	38.697	24.926
Outros passivos não alocados	-	-	-	-	2.098.911	2.061.974
Patrimônio líquido	-	-	-	-	1.138.679	1.096.631
<b>Total passivo consolidado</b>	<b>294.544</b>	<b>286.342</b>	<b>38.104</b>	<b>52.898</b>	<b>3.570.238</b>	<b>3.497.845</b>

Os ativos e passivos dedicados são alocados diretamente aos segmentos e para aqueles de uso comum, utilizam-se critérios conforme sua aplicabilidade ou origem. Por não estarem diretamente relacionados à operação, a Companhia não aloca aos segmentos reportados os ativos de caixa e equivalentes de caixa, impostos e contribuições a recuperar e diferidos, depósitos judiciais e outros e investimentos em outras empresas. Do lado do passivo, pelo mesmo motivo, não são alocados os financiamentos e empréstimos, financiamentos de impostos e encargos sociais, dividendos, provisões, impostos diferidos e outros passivos de longo prazo.

## 27. TRANSAÇÕES QUE NÃO IMPACTARAM NO CAIXA

A Companhia realizou transações que não impactaram o caixa, provenientes de atividades de investimento e, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa. Os montantes destas transações somaram R\$ 5.657 em 31 de março de 2012 (R\$ 11.798 em 31 de dezembro de 2011).

## 28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos abaixo, para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

## Instrumentos financeiros por categoria

	Consolidado	
	Mar/12	Dez/11
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	1.460.185	1.421.085
Contas a receber	272.213	269.675
Títulos a receber e outros	24.293	24.860
<b>Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado</b>		
Aplicações financeiras	24.722	24.192
Instrumentos financeiros derivativos	11.475	7.092
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>		
Fornecedores	157.032	165.526
Financiamentos e empréstimos	1.846.959	1.803.764
Títulos a pagar e outros	38.697	24.926

## Gerenciamento do Risco Financeiro

A Companhia apresenta exposição aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros, relacionados aos riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional.

A Companhia administra os riscos financeiros observando critérios para aplicações financeiras; contratação de derivativos; “ratings” das instituições com que mantém relacionamento; entre outros pontos de controle. Além disso, monitora e controla permanentemente sua exposição cambial aos ativos e passivos vinculados a moeda estrangeira.

Devido à volatilidade cambial e os diferentes prazos de realização de ativos e exigibilidade de passivos, a Companhia, caso entenda necessário, contrata instrumentos financeiros com o objetivo de limitar a exposição ao risco de taxa de câmbio.

### a. Valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (redução ao valor recuperável) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).

- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas Informações Trimestrais Consolidadas pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

### **b. Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de prejuízo para a Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento.

#### **Contas a receber de clientes e títulos a receber e outros**

Para o risco de crédito de recebíveis de clientes são estabelecidos limites de crédito para cada cliente e os riscos são administrados por critérios específicos de análise de crédito.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos cujos critérios estão mencionados na nota 5.

A Companhia não detém nenhuma garantia de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros.

Qualidade dos créditos dos ativos financeiros:

Os valores de contas a receber de clientes apresentam as seguintes classificações de risco:

- Baixo 91%
- Moderado 7%
- Alto 2%

Os demais ativos financeiros mantidos pela Companhia, principalmente contas-correntes e aplicações financeiras, são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

### **c. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista

ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração deste risco é de garantir que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar as operações da Companhia.

Em 31 de março de 2012 a Companhia possuía caixa e equivalentes de caixa suficientes para cumprir com seus compromissos contratados.

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros:

PASSIVOS FINANCEIROS	Valor contábil	Taxa de juros efetiva média ponderada	Consolidado					Total do fluxo de caixa contratual
			Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	
<b>Moeda Nacional</b>								
Financiamentos e empréstimos garantidos	510.630	4,61% a.a. / TJLP +2,91% a.a.	36.519	221.965	142.114	153.352	37.092	591.042
Financiamentos e empréstimos não garantidos	483.447	6,37% a.a.	15.174	125.999	387.017	-	-	528.190
<b>Moeda Estrangeira</b>								
Financiamentos e empréstimos garantidos	47.739	VC + Libor + 1,99% a.a. / VC +5,82% a.a.	15.814	15.815	11.916	19.825	5.373	68.743
Financiamentos e empréstimos não garantidos	805.143	VC + Libor + 3,75% a.a.	26.679	26.509	42.972	619.186	253.308	968.654
Fornecedores e Títulos a pagar e outros	195.729		195.729	-	-	-	-	195.729
	<b>2.042.688</b>		<b>289.915</b>	<b>390.288</b>	<b>584.019</b>	<b>792.363</b>	<b>295.773</b>	<b>2.352.358</b>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. Além disso, a Companhia apresenta geração de caixa suficiente para fazer frente ao fluxo de pagamento futuro.

#### d. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é administrar as exposições a estes riscos, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

#### Risco de moeda

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o Real. As principais moedas na quais estas transações são denominadas são Dólares Norte Americano e Euro.

As receitas de exportações possuem caráter de proteção cambial, entretanto, o cuidado com a volatilidade cambial, os diferentes prazos de realização de ativos e exigibilidade de passivos determinam a contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de limitar a exposição ao risco de taxa de câmbio.

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira está demonstrada a seguir:

ATIVO	Nota explicativa	Consolidado	
		Mar/12	Dez/11
Caixa e aplicações financeiras no exterior	3	270.719	186.119
Clientes no mercado externo	5	146.781	155.762
Operação de SWAP		273.315	281.370
		690.815	623.251
<b>PASSIVO</b>			
Empréstimos em moeda estrangeira	14	(852.881)	(872.803)
Outros valores		(12.089)	(22.624)
		(864.970)	(895.427)
Exposição líquida (R\$ mil)		<b>(174.155)</b>	<b>(272.176)</b>
Exposição líquida (US\$ mil)		<b>(95.579)</b>	<b>(145.099)</b>

A companhia vem mantendo exposição cambial passiva conservadora em relação ao faturamento no mercado externo. Em março de 2012, o volume de exposição cambial ao dólar norte americano era equivalente a menos de 2 meses de exportações.

### **Análise de sensibilidade da Exposição Cambial**

Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio, de acordo com a instrução normativa CVM nº 475, na qual a variável de risco é avaliada com oscilação de 25% e 50%, em relação ao cenário provável estimado pela Companhia. Esta análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

EXPOSIÇÃO CAMBIAL CONTÁBIL	Risco	Divulgado	Cenário	Cenário	Cenário
			Provável (I)	(II)	(III)
Taxa do dólar	Alta do Dólar	R\$ 1,82	R\$ 1,90	R\$ 2,38	R\$ 2,85
Posição ativa		690.815	720.349	900.437	1.080.524
Posição passiva		(864.970)	(901.950)	(1.127.437)	(1.352.925)
Exposição líquida (R\$ mil)		(174.155)	(181.601)	(227.001)	(272.401)
Exposição líquida (US\$ mil)		(95.579)	(95.579)	(95.579)	(95.579)
Impacto Potencial (R\$ mil)		-	<b>(7.446)</b>	<b>(52.846)</b>	<b>(98.246)</b>

A simulação considerou uma desvalorização do real frente ao dólar norte americano, em relação ao cenário provável indicado pela Companhia.

### **Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em variações de taxas de juros, sobre as aplicações e empréstimos bancários afetando de forma direta as contas de resultados. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação e alocação de recursos financeiros, conforme segue:

Instrumentos de taxa variável	Nota explicativa	Consolidado	
		Mar/12	Dez/11
Ativos financeiros	3 e 4	1.213.198	1.256.275
Passivos financeiros	14	1.070.379	1.037.230
<b>Instrumentos de taxa fixa</b>			
Ativos financeiros	3	270.719	186.119
Passivos financeiros	14	765.105	759.442

### **Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros variável e fixa**

A Companhia possui aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósitos Bancários), atrelados a variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). A simulação considera uma oscilação de 1% a.a., para mais ou para menos, na taxa variável do CDI, o que implicaria em impacto de R\$ 12.132 ao ano.

A Companhia possui também aplicações financeiras no exterior com taxas fixas. A simulação considera uma oscilação de 0,50% a.a., para mais ou para menos, na taxa de juros da *Libor*, que projetaria um impacto de R\$ 1.354 ao ano.

A Companhia também possui riscos de taxas de juros em seus financiamentos e empréstimos em moeda estrangeira, vinculados a variação da Taxa *Libor*. Simulando uma oscilação de 0,50% a.a., para mais ou para menos nessa taxa variável de juros, o impacto seria de R\$ 4.122 ao ano.

Da mesma forma, a Companhia possui riscos de taxas de juros em seus financiamentos e empréstimos vinculados a TJLP, cuja oscilação de 1% a.a., para mais ou para menos, projetaria impacto de R\$ 2.290 ao ano.

### **Risco de preço**

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo produtivo, principalmente as sucatas, o ferro gusa, as ligas metálicas, o coque e a energia elétrica. Essas oscilações de preços podem provocar alterações nos custos da Companhia. A Companhia adota uma estratégia de monitoramento dos mesmos para refletir, em seus preços de venda, as eventuais oscilações de preço.

### **Risco de estrutura de capital**

Decorre da estrutura entre capital próprio (patrimônio líquido) e capital de terceiros que a Companhia utiliza para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio do capital, a Companhia monitora o cumprimento de índices financeiros em contratos de financiamentos e empréstimos.

A relação de capital próprio versus capital de terceiros, ao final de cada exercício, é apresentada a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>Mar/12</b>	<b>Dez/11</b>
Capital próprio (Patrimônio líquido)	1.138.679	1.096.631
Total do passivo exigível	2.431.559	2.401.214
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.460.185)</u>	<u>(1.421.085)</u>
<b>Capital de terceiros</b>	971.374	980.129
Relação capital próprio versus capital de terceiros	1,17	1,12

### **e. Risco operacional**

Decorre de todas as operações da Companhia podendo gerar prejuízos diretos ou indiretos associados a uma variedade de causas, processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos e danos à reputação além de buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implantação de controles para riscos operacionais é exercida por uma área centralizada de Controles Internos sob a gestão da alta administração.

### **f. Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia opera com instrumentos financeiros e monitora suas obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela estrutura de gerenciamento de risco.

A Companhia e suas controladas não têm como política investir em operações financeiras de caráter especulativo, entretanto operam com alguns derivativos financeiros com o objetivo de proteger determinados ativos e/ou passivos contra variações, principalmente, da taxa de câmbio.

Com o objetivo de manter o nível de exposição cambial em patamares compatíveis com seus negócios, no período de janeiro a março de 2012 a Companhia efetuou três operações de contratação e renovação de swap de troca de moedas nos valores de US\$ 150 milhões (janeiro e março) e de US\$ 300 milhões (fevereiro) todas com prazos inferiores 30 dias. Das operações que se iniciaram e encerraram no trimestre, a companhia registrou ajuste líquido a pagar de R\$ 13.082.

Em 31 de março de 2012, a companhia mantinha provisionado um ajuste a receber de R\$ 11.475, (R\$ 7.092 em 31/12/2011) cuja liquidação ocorreu em 02 de abril de 2012, pelo valor líquido recebido de R\$ 11.480.

Em 31 de março de 2012 a Companhia mantinha operação de swap de US\$ 150 milhões de dólares (US\$ 150 milhões em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia elabora a análise de sensibilidade de tais operações em conjunto com exposição cambial contábil líquida, acima.

## 29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme divulgado em Fato Relevante de 17 de abril de 2012, a Companhia concluiu o processo de aquisição de dois empreendimentos localizados no México, nas Cidades Ramos Arizpe e Saltillo, voltados à produção de blocos e cabeçotes de ferro fundido utilizados na fabricação de motores para veículos de passeio e comerciais, máquinas agrícolas e de construção, motores estacionários, além de outros produtos de fundição.

Levada ao conhecimento do público na data de 16 de novembro de 2011, a transação foi concluída no dia 16 de abril de 2012, quando a soma de US\$439 milhões foi paga em contrapartida à transferência das ações de emissão das sociedades titulares desses empreendimentos.

Todas as condições, cuja prévia implementação era necessária ao fechamento da transação, foram atendidas, em especial, a emissão das autorizações por parte dos órgãos de defesa da concorrência no México e nos Estados Unidos.

A transação será ainda submetida à ratificação da Assembleia Geral de Acionistas da Tupy, nos termos do art. 256 da Lei nº 6404/76.



## Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas  
Tupy S.A.  
São Paulo/SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Tupy S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



**Conclusão sobre as informações  
intermediárias individuais**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



### **Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstrações do valor adicionado**

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Auditoria e revisão das cifras do ano anterior**

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2011, obtidas das informações trimestrais - ITR daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2011, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2011 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 12 de maio de 2011 e 16 de março de 2012, respectivamente, sem ressalvas.

São Paulo, 15 de maio de 2012

PricewaterhouseCoopers



Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Mario Miguel Tomaz Tannhauser Junior  
Contador CRC 1SP217245/O-8